

Moratória é um trunfo perdido

O pagamento simbólico de parte dos juros devidos aos bancos credores privados não só significa, na prática, a suspensão da moratória, como deixa o governo brasileiro sem o seu principal trunfo para negociar um acordo de longo prazo, que estabeleça condições aceitáveis para o pagamento da dívida externa. Essa é a avaliação do economista Paulo Nogueira Batista, um dos ideólogos da moratória decretada em fevereiro, quando assessorava o então ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

A retomada dos pagamentos, segundo o economista, é totalmente prematura e deixará o Brasil à mercê de um acordo nos moldes tradicionais do Fundo Monetário Internacional, que está visivelmente desgastado em âmbito internacional.

“Nenhum país que se submeteu à política do FMI conseguiu estabilizar a economia nem retomou um crescimento sustentado. Muito menos conseguiram, a exceção da Turquia, voltar a ter acesso aos financiamentos no mercado internacional”, alerta Paulo Batista Junior.

Ele avalia que, sem a moratória, o governo brasileiro não terá poder de barganha junto aos credores internacionais e teme que outro trunfo, que considera muito importante, a regulamentação da conversão de dívida em capital de risco, seja a próxima concessão a ser feita. “A suspensão da moratória é um retrocesso, principalmente agora que o mito da retaliação foi totalmente desmoralizado”, argumentou.